Magalhães Pereira, pelo provimento do recurso.
 ACORDÃO N. 5130 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11627 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172012510000066-4). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. ICMS-ST - MARKETING DIRETO - FALTA DE RECOLHIMENTO. 3. Não há que se falar em decadência na forma do art. 150, §4º, e sim na forma do art. 173, I, ambos do CTN, quando não houver o pagamento do ICMS, não havendo assim o que homologar. Prejudicial de mérito rejeitada por unanimidade. 4. Para vendas realizadas no sistema de marketing direto a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, segue a regra do art. 672 do RICMS/PA, não havendo que se falar em nulidade do AINF. 5. Não representa confisco a multa aplicada em ação fiscal, referente a fato contrário à lei, quando atende o limite legal. 6. Deixar de reter e recolher o ICMS devido ao Estado do Pará nas operações com produto sujeito ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituído, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, sem prejuízo do imposto devido. 7. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/06/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 27/06/2016.
 ACORDÃO N. 5129 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11623 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 172012510000066-4). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. DECADÊNCIA - INOCORRÊNCIA - DOCUMENTOS FISCAIS - EXCLUSÃO. 3. Correta a decisão singular que, após diligência, exclui do crédito tributário documentos não relacionados à autuação. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/06/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 27/06/2016.
 ACORDÃO N. 5128 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11663 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 122011510000090-1). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. ENTREGA DE MERCADORIA DESACOMPANHADA DE DOCUMENTOS FISCAIS. 3. Não há que se falar em nulidade do AINF quando se verifica que o conjunto de informações prestadas e de documentos apresentados como prova configura a infração cometida. 4. Deixar de recolher ICMS relativo à entrega de mercadoria desacompanhada de documento fiscal hábil constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/06/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 22/06/2016.
 ACORDÃO N. 5127 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11399 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372012510000795-8). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. NÃO RECOLHIMENTO DO ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - ATIVO NÃO-REGULAR. 3. A apreensão de mercadorias constitui um meio de prova material de infração à legislação tributária e sua retenção ocorre em tempo suficiente para materialização da infração, identificação do contribuinte e sua responsabilidade tributária (Lei n. 6.182/98, arts. 60 a 64). 4. Os contribuintes ativos que estiverem na situação de ativo não regular deverão efetuar o recolhimento do imposto no momento da entrada dos bens em território paraense, nos termos definidos na IN n. 013/2005. 5. Deixar de recolher ICMS relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso/consumo ou à integração ao ativo permanente do estabelecimento, em situação fiscal ativo não regular, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte à penalidade legalmente prevista, independentemente do recolhimento do imposto devido. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/06/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 22/06/2016. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo conhecimento e provimento do recurso.
 ACORDÃO N. 5126 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11323 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 372012510000795-8). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. CRÉDITO DE ICMS NÃO DESTACADO EM DOCUMENTO FISCAL. 3. A base de cálculo do ICMS, para efeito de recolhimento da diferença de alíquota, é o valor da operação ou prestação na unidade federada de origem, ainda que o documento fiscal não tenha destaque do imposto (RICMS, art. 35, § 2º, I). 4. Correta a decisão singular que exclui do crédito tributário valor que deveria ser deduzido da base de cálculo do imposto, nos termos do art. 35, § 2º, I do RICMS/PA. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/06/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 22/06/2016.
 ACORDÃO N. 5125 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11531 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012015510000584-1). CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO ANTES DO PRAZO. 3. Não caracteriza nulidade do AINF quando constatado que a legislação foi aplicada de forma correta. 4. Não cabe a este Tribunal Administrativo apreciar matéria relativa à validade ou inconstitucionalidade da legislação, nos termos do art. 26, III, da Lei n. 6.182/1998. Preliminares rejeitadas por unanimidade. 5. Na operação de venda de veículo autopropulsado, realizada por pessoa jurídica que explore a atividade de locação de veículos, antes de 12 (doze) meses da data da aquisição junto à montadora, deverá ser efetuada o recolhimento do ICMS em favor do estado do domicílio do adquirente (Convênio ICMS n. 64/2006, Cláusula Primeira). 6. Deixar de recolher ICMS relativo à operação de venda em desacordo com o Convênio n. 64/2006 constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte

às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 7. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/06/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 20/06/2016.
 ACORDÃO N. 5124 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11521 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372011510003130-4). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. INSCRIÇÃO ESTADUAL SUSPENSÃO. 3. O contribuinte com inscrição estadual suspensa no Cadastro de Contribuintes do ICMS fica sujeito, na entrada do território paraense, ao recolhimento antecipado do imposto. 4. Deixar de recolher ICMS relativo à operação de entrada em território paraense, em situação cadastral irregular, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independentemente do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/06/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 20/06/2016.
 ACORDÃO N. 5123 - 1ª CPJ. RECURSO N. 11653 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 372012510000874-1). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. NULIDADE DO AINF - CERCEAMENTO DE DEFESA. 3. Correta a decisão singular que declara a nulidade do AINF nos termos do art. 71, inciso II, da Lei n. 6.182/1998, dada a incompatibilidade entre a ocorrência infracional descrita na peça fiscal e a situação fática, acarretando cerceamento de defesa, sem prejuízo da renovação da ação fiscal. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/06/2016. DATA DO ACÓRDÃO: 20/06/2016.

Protocolo 984204

Portaria n.º201601000697 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730014160/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Marco Antonio Pereira Espindola - CPF:

301.265.172-15

Marca: TOYOTA/ETIOS SD XS 15 AT FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000699 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730014359/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Francisco de Assis Antunes Filho - CPF:

917.646.104-15

Marca: VW/VOLKSWAGEN 1.6 HIGHLINE Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000701 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730013785/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Manoel Pedro de Oliveira - CPF: 039.219.642-53

Marca: FORD/ECOSPORT FSL1.6FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000703 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730013821/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Raimundo Nonato Ramos do Nascimento - CPF:

400.746.092-20

Marca: VW/VOYAGE 1.6 COMFORTL Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000715 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730013699/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Raimunda Martins Moraes - CPF: 154.968.992-49

Marca: CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ ECONO FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000717 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730013691/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Jose Luiz de Almeida Rocha - CPF: 091.543.372-

91

Marca: TOYOTA/ETIOS SD XLS FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000705 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730013754/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Roberto Moraes dos Santos - CPF: 431.352.342-

15

Marca: CHEVROLET/COBALT 1.4 LT Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000707 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730013918/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Admilson Manfredo Vieira - CPF: 261.023.402-30
 Marca: CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ ECONO FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000709 de 08/07/2016 - Proc n.º 002016730013919/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Agostinho Soares da Silva - CPF: 097.821.922-87

Marca: CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ , ECONO FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000711 de 08/07/2016 - Proc n.º 042016730006260/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Roberto Lima de Freitas - CPF: 442.336.122-15

Marca: VW/NOVO VOYAGE 1.6 COMF. , MT, TOTAL FLEX, 4

PORTAS Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000713 de 08/07/2016 - Proc n.º 042016730006358/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
 Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Rafael Sousa Pereira - CPF: 080.958.763-72

Marca: VW/NOVO VOYAGE 1.6 HIGH , MT, TOTAL FLEX, 4

PORTAS Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201604004629, de 08/07/2016 - Proc n.º 2016730011544/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Samyra Torres Mauad - CPF: 376.443.942-49

Marca/Tipo/Chassi

VW/VOYAGE 1.0/ Pas/ Automovel/ 9BWDA05U0CT067751

Portaria n.º201604004631, de 08/07/2016 - Proc n.º 42016730006011/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Benicio dos Santos Correa - CPF: 133.148.902-49

Marca/Tipo/Chassi

VW/NOVO VOYAGE 1.6 HIGH/Pas/

Automovel/9BWBDB45U2ET063689

Portaria n.º201604004633, de 08/07/2016 - Proc n.º 2016730013923/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Clayton Delgado da Silva - CPF: 686.361.302-63

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/COROLLA XEI20FLEX/Pas/

Automovel/9BRBD48EXD2581529

Portaria n.º201604004635, de 08/07/2016 - Proc n.º 2016730014048/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Luiz Sergio Vieira da Rocha - CPF: 081.562.712-20

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/

Automovel/9BD197132F3216312

Portaria n.º201604004637, de 08/07/2016 - Proc n.º 2016730014005/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Mateus Ferreira de Araujo - CPF: 595.224.452-15

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17201M93466784

Portaria n.º201604004639, de 08/07/2016 - Proc n.º 2016730013965/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Antonio Elifas da Silva Pinto - CPF: 082.667.782-

72

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/PALIO FIRE ECONOMY/Pas/

Automovel/9BD17164LD5838815

Portaria n.º201604004641, de 08/07/2016 - Proc n.º 2016730013969/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Moyses de Franca Nascimento - CPF:

057.211.802-34

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/COROLLA XEI20FLEX/Pas/

Automovel/9BRBD48E2D2581007

Portaria n.º201604004643, de 08/07/2016 - Proc n.º 2016730014164/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01